



GT 064. Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Justiça Social

Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a

Os efeitos e as consequências da crise global ambiental não são vivenciados da mesma forma por todos. Os mais desfavorecidos sofrem de modo desproporcional os efeitos das mudanças climáticas. A proposta deste GT é refletir sobre as relações entre as desigualdades sociais e raciais e as desigualdades ambientais à luz da noção de justiça ambiental. A noção de justiça ambiental busca dar conta tanto das desigualdades na exposição a riscos ambientais (poluição, resíduos, inundações, etc.) quanto da exclusão dos grupos marginalizados e discriminados na concepção e implementação de políticas. Considera as questões relacionadas com a degradação do meio ambiente, o esgotamento ou a exploração excessiva dos recursos naturais e as diversas formas de poluição, mas sobretudo os efeitos sociais que suscitam. Justiça alimentar, justiça climática e justiça ecológica constituem novos campos de mobilização e de pesquisa. A atualidade e relevância da temática permite agregar trabalhos que discorram sobre movimentos sociais que denunciam as injustiças ambientais e que reivindicam a defesa e o acesso aos recursos naturais; catástrofes ambientais; impactos socioambientais decorrentes das explorações desenfreadas em territórios indígenas; migrações ambientais; a tragédia do Rio Doce; e os efeitos nocivos que geraram para as pessoas excluídas das redes de poder. Finalmente, pretende-se pensar novas estratégias de sustentabilidade nas quais a justiça ambiental seja reconhecida como uma prioridade.

Impactos socioambientais do espraiamento urbano sob áreas rurais periurbanas e em suas populações

Autoria: Caio Pinheiro Della Giustina

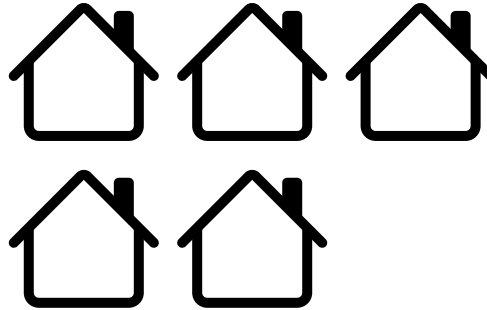
O Distrito Federal é uma das regiões metropolitanas brasileiras que apresenta uma das maiores taxas de crescimento populacional do Brasil. O processo de crescimento da cidade, apoiado no incremento populacional, tem alterado a configuração espacial pois se demanda constantemente áreas de moradia para absorver tal contingente. Nesse movimento surgem várias problemáticas das mais diversas ordens: ambientais, sociais, econômicas, institucionais, administrativas, que comprometem processos de planejamento territorial e alteram a relação homem natureza. O objetivo desse estudo é analisar como o espraiamento urbano recente tem afetado uma parcela considerável da população rural do Paranoá a partir de um pequeno estudo de caso. Partimos do pressuposto que as relações sociais se realizam, concretamente, enquanto relações espaciais e que a análise do espaço é capaz de revelar muito sobre o processo de produção/reprodução da sociedade. Nesse sentido, veremos como o crescimento urbano e populacional do Paranoá tem provocado mudanças nas relações sociais. Interessa-nos avaliar os impactos socioambientais e suas consequências na reelaboração das dinâmicas rurais da população local. Finalmente, são apontadas possibilidades teóricas no sentido de se pensar um crescimento urbano e uma transformação rural economicamente viáveis, socialmente justos e ecologicamente equilibrados.



Realização:



Apoio:



Organização:

